

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

História: espaços, poder, cultura e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade 2 /
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-621-5
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.215211811>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito
Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O trabalho de pesquisa em história e ciências humanas busca, de maneira geral avançar, de maneira constante e perene sobre o entendimento das pessoas, suas vidas, aspirações, anseios e comunidades. Ao longo dos anos, a produção de conhecimento na área tem aprofundado seu entendimento das diferentes tramas e possibilidades que movimentam a sociedade, sua formação, desenvolvimento, seus conflitos e crises. Assim, algumas categorias, como o entendimento do espaço como uma unidade explicativa e organizacional da sociedade aparece com mais frequência, na tentativa de entender o impacto que os grupos sociais sofrem na construção espacial de suas identidades.

Da mesma maneira, a noção de poder está bastante presente. A historiografia se estrutura, classicamente, acompanhando as estâncias de poder formais, governantes e reis. Entretanto, hoje podemos observar esse conceito e suas possibilidades de maneira mais complexa, entendendo o poder, também como unidade explicativa, como construção social, em suas diferentes facetas e manifestações.

De fato, é no reconhecimento das pluralidades que mais se tem avançado, ultimamente, pluralidade essa que se revela, tanto na sociedade globalizada, com sua velocidade de produção e circulação de informações quanto às possibilidades da construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, ampliam -se consideravelmente as perspectivas de diálogo entre História com diferentes campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de olhares que se apresentam para a sociedade nos dias de hoje, em seus espaços de cultura e poder, e em todos os caminhos que se possam avançar na construção dos saberes, é um dos grandes objetivos das ciências humanas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ARTE CEMITERIAL: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE BAURU

Jéssica Chabaribery Ferreira

Fábio Paride Pallotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118111>

CAPÍTULO 2..... 11

CONSTRUÇÃO DA FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA ENTIDADE INTERNACIONAL - CONTUA

Rogério Fagundes Marzola

Maria do Socorro Oliveira Marzola

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118112>

CAPÍTULO 3..... 22

ENTRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NO SANTUÁRIO DE APARECIDA: NOTAS PARA UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO E DO TURISMO RELIGIOSO

Ana Maria Cardachevski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118113>

CAPÍTULO 4..... 35

JOAQUIM SALDANHA MARINHO E O PROJETO DE BRASIL MODERNO

Renata Ribeiro Francisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118114>

CAPÍTULO 5..... 46

NAS MÃOS DO TIO SAM: AS CONTINUIDADES E RUPTURAS DA PARTICIPAÇÃO ESTADUNIDENSE NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL

Antônio Carlos Cabral de Medeiros

Bianca Gisele Pinheiro do Nascimento

Luiz Alberício de Araújo Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118115>

CAPÍTULO 6..... 59

O INDIVIDUAL E O SOCIAL: NELSON DE PAULA NETO E O CORONELISMO

Rodrigo Guimarães Motta

Luciano Antonio Prates Junqueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118116>

CAPÍTULO 7..... 74

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO CONTEXTO INTERÉTNICO: ENTRE PERMANÊNCIA E RUPTURA DO SISTEMA, VALORES E HUMANIDADE

Tadeu dos Santos Kaingang

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118117>

CAPÍTULO 8	92
REDES SOCIAIS E RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESCRAVIZADOS E LIVRES NO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA	
Israel Aquino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118118	
CAPÍTULO 9	105
UM CAPÍTULO NA HISTÓRIA DO DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO: ALCIDES CRUZ	
Luís Fernando Massonetto	
Guilherme Ricken	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2152118119	
CAPÍTULO 10	116
VOZES D'ÁFRICA: A VOZ DA RESISTÊNCIA DE CASTRO ALVES AO <i>SLAM</i>	
Vitória Maria Sá da Silveira	
Débora Cristina Santos e Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21521181110	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	129
ÍNDICE REMISSIVO	130

CAPÍTULO 3

ENTRE A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NO SANTUÁRIO DE APARECIDA: NOTAS PARA UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO E DO TURISMO RELIGIOSO

Data de aceite: 01/11/2021

Ana Maria Cardachevski

<http://lattes.cnpq.br/8600886189743590>

<https://orcid.org/0000-0002-0080-9331>

RESUMO: O estudo tem como aspectos centrais na análise do espaço urbano e suas relações com o turismo religioso no contexto do Santuário de Aparecida, no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, parte de sua história e as motivações que transformaram sua geografia a partir de um conjunto de intervenções que acompanham, as *hierópolis* de modo geral, mas particularmente amparadas pelas relações de interesse urbano do capital. Assim, são destacadas as características usuais na organização espacial e na morfologia das cidades-santuário que reiteram os elementos do espaço e tempo sagrados no protagonismo de formas espaciais, entre outros agentes além dos visitantes, como são a Igreja e o Estado. O Município ocupa uma área de 121,076 km², sendo que 5,7 km² estão em perímetro urbano, e sua população está estimada em 36 157 habitantes. Segundo dados do Santuário, recebe anualmente nove milhões de visitantes, configurando-se como o maior centro de peregrinação católica da América Latina. As origens do município supõem uma fé constituída no encontro da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no Rio Paraíba do Sul, em 1717.

PALAVRAS-CHAVE: História, vilas e cidades, geografia religiosa, turismo, espaço urbano.

BETWEEN HISTORY AND GEOGRAPHY IN THE SANCTUARY OF APARECIDA: NOTES FOR A READING OF URBAN SPACE AND TOURISM RELIGIOUS

ABSTRACT: The study has as central aspects in the analysis of urban space and its relations with religious tourism in the context of the Sanctuary of Aparecida, in Vale do Paraíba, State of São Paulo, part of its history and the motivations that transformed its geography from a set of interventions that accompany the hieropolis in general, but particularly supported by the urban interest relations of the capital. Thus, the usual characteristics in the spatial organization and morphology of the sanctuary cities are highlighted, which reiterate the elements of sacred space and time in the protagonism of spatial forms, among other agents besides visitors, such as the Church and the State. The Municipality occupies an area of 121,076 km², 5.7 km² of which are in urban perimeter, and its population is estimated at 36,157 inhabitants. According to data from the Sanctuary, it receives nine million visitors annually, making it the largest Catholic pilgrimage center in Latin America. The origins of the municipality suppose a faith constituted in the encounter of the image of Nossa Senhora da Conceição Aparecida in Rio Paraíba do Sul, in 1717.

KEYWORDS: History, towns and cities, religious geography, tourism, urban space.

INTRODUÇÃO

Até que o tempo (social) e o espaço (social) pudessem deixar o campo da cultura

como fatos para ingressar socialmente como “produtos”, transcorreria um longo percurso de questionamentos e reflexões, muitas dessas atualizadas até os dias correntes, pelos fenômenos da globalização. Sem representar propriamente objetos que permitam analogias singelas com outros, consumidos e trocados, esses “produtos” que expressam um conjunto de relações, primam pela especial capacidade de intervir na vida cotidiana, no setor produtivo, seja organizando o trabalho, os fluxos, os transportes, a circulação de matérias primas, a rede de distribuição de produtos, os bens e serviços numa interação dialógica entre muitos integrantes.

Mas a tese central de Henri Lefébvre na introdução de *A produção do espaço*, escrito na década de 1980 é que o modo de produção capitalista, tanto produz o espaço quanto certas relações sociais e assim também o tempo. O modo produtivo se vale do espaço e o espaço reage a isso configurando-se, mas sem que haja uma correspondência previamente conhecida de tais engendramentos, sendo possível uma miríade de resultados advindos das diferentes interações entre relações sociais e relações espaço-temporais.

Também não significa dizer, assim como o faz Lefebvre (2000) que o modo de produção capitalista possua uma intencionalidade que tenha orientado sua “extensão espacial” com vistas a ocupar o planeta inteiro, embora a racionalidade parcial para o uso e o fluxo sobre os espaços tenha se reproduzido como vertente tecnológica em diversos contextos sociais em época recente, tendo como exemplo ilustrativo disso, as ferrovias e rodovias, fundamentais no avanço do capitalismo industrial e para a organização do espaço local, regional e nacional e na escala urbana, influenciando os transportes de pessoas e as configurações das cidades e territórios. Mas ainda que o conhecimento sobre o espaço, em função da perspectiva do modo de produção capitalista possa parecer “absoluto”, recaem sobre tal análise diferentes disciplinas especializadas, entre a sociologia, a geografia, o urbanismo, a demografia, a história (sendo reducionista) permitindo ao fenômeno urbano enfoques analíticos distintos sem que tais recortes possam, se unidos, garantir o conhecimento totalizante da matéria ou realidade. É o próprio Lefebvre (1999; 52) que afirmaria textualmente ser “possível que a partir da teoria das interações hierarquizadas (homeostases) sejam definidas algumas realidades urbanas, substituindo assim, o velho organicismo e seu finalismo ingênuo por conceitos mais racionais”. De todo modo, e em acordo com o próprio teórico é prudente, na pesquisa aqui indicada, que a analítica sobre o fenômeno urbano da pequena cidade de Aparecida, hoje sede da região no Vale do Paraíba, siga as recomendações para observar e refletir sobre seus aspectos considerando as propriedades formais do espaço “antes de estudar as contradições do espaço e seus conteúdos, ou seja, de empregar o método dialético”, como discorrer-se-á a seguir.

ESPAÇO, ECONOMIA E SOCIEDADE

Embora o espaço seja compreendido como espaço social em equivalência com a

prática social, pode ser concebido de maneira relacional e não como ponto de partida (o espaço absoluto) nem como ponto de chegada (produto social) (Lefébvre 2000, 78). O espaço para Lefébvre é o lugar em que se processam as relações sociais de produção. Para Milton Santos, cuja obra é principalmente a concepção de espaço social está sob influência *lefebvriana*, tal aceção segue segundo o conceito de formação sócio-espacial (apud Castro et al, 2012) pressupondo que uma sociedade só se torna tangível por meio do espaço e esse só passa a ser patente por meio da sociedade; com isso não seria possível conceber uma respectiva formação sócio econômica sem recorrer à materialidade espacial, até porque - modo de produção, espaço e formação-sócio-econômica são correlatos. O espaço social, ainda segundo Santos (2002; 54) assim como a realidade social devem ser definidos teórica e metodologicamente segundo os conceitos gerais de *forma, estrutura e função*, podendo-se associar a ideia de *processo*, diante do conceito abrangente de tempo e continuidade.

Uma vez que a sociedade se define pelo espaço, de maneira geral, e o espaço corresponde à produção desdobrada da história dos processos produtivos desenvolvidos no espaço pela sociedade, é necessário entender como determinadas localidades, cidades, territórios apresentam o “resultado cumulativo dos tempos”. Essa acumulação, chamada por Santos (2008, 68) como *paisagem*, é resultado de inúmeras adaptações, velocidades e direções locais e regionais que aconteceram no passado e reverberam até o presente. O entendimento das mudanças na organização espacial urbana, no caso aqui em questão, depende de determinada interpretação do processo, considerando e combinando as interações entre forma, função e estrutura ao longo do tempo. Mas considera-se notar, como fazem os autores (Santos, 2002; Lefébvre, 2000) que não se deve analisar separadamente os conceitos, porque a exemplo, a análise apenas da *forma* levará a uma leitura esvaziada e empiricista e, de modo semelhante importa entender que

“ as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade. Ao separar-se a estrutura e função chega-se a um estruturalismo ahistórico e formal ou a um funcionalismo prisioneiro do caráter conservador de toda instituição, com o que se abandona o problema da transformação.” (Santos, 2002; 55)

Dito isso, ainda, vale reiterar como o faz Santos (2008; 71) que apesar de apresentarem-se separados, *forma, estrutura e função*, além de *processo*, devem estar sempre correlacionados, pois separados apresentam realidades parcelares e somente articulados suscitam uma base teórica e a possibilidade de discussão dos fenômenos espaciais através do tempo, como o caso do Santuário de Aparecida. Ainda é possível “reduzir cada um dos conceitos até designar uma forma significativa, uma estrutura dominante ou uma função prevalente. No entanto, só através de um ponto de vista holístico é que se pode compreender uma totalidade” (ibidem). Nessa direção, segue a comunicação da pesquisa em tela.

ESPAÇO E CULTURA: O SIMBOLISMO RELIGIOSO

Os fatores culturais podem ser tão expressivos como a técnica, o clima e o relevo na estruturação dos espaços. De acordo com o contexto cultural e sua relação com o religioso ou “sagrado”¹ pode compreender-se muitas vezes, a origem dos núcleos e espaços urbanos. Quanto à origem das cidades há duas linhas de argumentação sendo a primeira aquela que credita aos antigos santuários as origens das cidades destacando a força religiosa como ativo e, a segunda, que atribui às transformações econômicas e técnicas a base da configuração das cidades. Quando se reúnem o “sagrado e o urbano” é o santuário, ou o templo, que figura como responsável pela dinâmica central e como princípio de ordenação primordial. A origem dos antigos templos e a vida cívica lá contida são expressão de que tais núcleos de povoamento exerciam atração pelo estímulo espiritual de convivência e compartilhamento das práticas morais, valores e princípios de fé. Como áreas de “atração ocasional de homens a esses centros, não motivada por necessidade de residência fixa e sim pelo estímulo espiritual, o que continua sendo um dos critérios essenciais definidores da cidade-santuário”. (Rosendahl, 2008, 67-79).

Diferentes núcleos com espaços “sagrados” para os quais confluíram eventos religiosos ocasionais ou permanentes estão na origem de diferentes cidades, inclusive Aparecida entre outras, como: Roma, Lourdes, Fátima, Santiago de Compostela, Meca, Jerusalém, Pequim, tendo sido as cidades-santuário de peregrinação como Lourdes e Santiago de Compostela, as que desenvolveram funções urbanas, sobretudo Santiago, cujas rotas de peregrinação existiram em todos os países europeus, inclusive no leste, voltadas à peregrinação; práticas posteriormente adotadas na América latina e em especial em algumas hierópolis brasileiras. No estudo genealógico das antigas cidades, dentre elementos culturais, os ritos religiosos foram ampliados e fortalecidos com a expansão da cidade, sendo que a grande diferença estaria na convergência das funções, antes espalhadas e descoordenadas para a concentração numa determinada área.

Os demais aspectos destacados tanto da função religiosa das antigas cidades-santuário, quanto da organização espacial, resumidamente apontam para a importância dos fluxos de devoção como modeladores do território, sendo os locais “sagrados” originalmente distantes ou em zonas rurais, fenômeno observado no contexto latino-americano e reiterado em Aparecida, cujo centro original de devoção estava situado numa região distante, mas pertencente à vila de Guarantiguetá, centro urbano e administrativo do Vale do Paraíba, a

¹ O sentido de “sagrado” empregado está coerente com o apontado por Mircea Eliade (1992) e Peter Berger, sendo “apreendido como algo que salta para fora das rotinas normais do dia a dia, como algo de extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas.” (Berger, 1985:39). A palavra hierofania vem de duas palavras gregas: “hierós” (santo, sagrado) e “fanein” (manifestar). Hierofania, assim é empregada por Eliade para toda e qualquer manifestação do sagrado, sendo hierópolis o local marcado pela manifestação do sagrado, denominação empregada por Zeny Rosendahl (2009). Murilo Marx referindo-se aos lugares sagrados e profanos das cidades brasileiras, toma por referência os espaços definidos pelas normas canônicas, definição que “implicava uma série de exigências e de prerrogativas especiais, que importaram não apenas à Igreja, a cujos ritos atendiam, como também ao Estado, que se respaldara na religião católica apostólica romana” (2003; .110).

região mais próspera do planalto paulista durante o século XVIII, como lembra Caio Prado Jr. (1984). Além disso, podem ser verificadas a criação de outras categorias sociais, que fixam suas residências nas proximidades dos templos, formadas por sacerdotes e aqueles que passam a empregar novas formas de comércio e subsistência, não necessariamente vinculadas ao trabalho no campo.

Ao lidar com a complexidade da existência das cidades modernas, Rosendahl (2008, 67-79) lembra a importância da divisão territorial do trabalho como expressão de determinadas especialidades cidadinas. Cidades-portuárias, cidades-industriais, cidades-administrativas, cidades-universitárias e cidades-religiosas entre outras, denotam atividades múltiplas e atividades específicas, cada qual com padrões próprios de localização. Entre essas, as cidades-religiosas possuem uma dinâmica na qual a ordem espiritual é predominante, com práticas cotidianas de visitas, orações e cultos. Com relação aos agentes dessas cidades-santuário, além dos visitantes, peregrinos, turistas religiosos, há os que integram sua população de habitantes, no caso de Aparecida, estando divididos por uma maioria que integra como funcionários de governo, o Estado, e os que estão à serviço da Igreja (César et al, 2015).

O SANTUÁRIO DE APARECIDA NO CONTEXTO HISTÓRICO

A história da devoção remete ao ano de 1717, quando três pescadores (João Alves, Domingos Garcia e Felipe Pedroso) encarregados de conseguir peixe para o evento da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá, oferecido para recepcionar Dom Pedro de Almeida e Portugal, o Conde de Assumar, então governador da Capitania de Minas e São Paulo, depois de várias tentativas frustradas acabam recolhendo na rede, uma imagem em barro cozido, primeiro só o corpo e na outra tentativa, a cabeça. Depois do fato surpreendente viria o milagre dos peixes, com redes fartas o que levou os pescadores a noticiarem a novidade, tornando-se responsáveis pela imagem. Durante aproximadamente quinze anos a imagem foi mantida em casa dos pescadores e só depois foi configurado um altar singelo às margens do Rio Paraíba do sul, no local conhecido como Porto Itaguaçu e posteriormente uma capela, na qual teria ocorrido o milagre das velas, que se acenderam e apagaram algumas vezes sem intervenção humana e sob o testemunho dos crentes que para lá se dirigiam com frequência. Como estava no caminho das tropas que adentravam o território pela estrada real cuja articulação com o sistema de circulação (Bonfim et al, 2010) do Vale levava ao Rio de Janeiro e Minas; a fama da Santa propagou-se tanto, que o vigário de Guaratinguetá pediu autorização ao bispo do Rio de Janeiro para oficialização do culto, decidindo-se pela construção de uma nova capela em 1745 no Morro dos Coqueiros, local em que posteriormente, em 1834, teve início a construção de um novo templo concluído em 1888, sendo elevado à Basílica Menor, em 29 de abril de 1908.

Durante o período colonial e imperial, ainda que a Igreja estivesse representada

pelo clero, segundo posições e funções de vigário e bispo, é a expressão dos leigos que garantiria a fé na América portuguesa como lembrado por Azzi (1983), Hoonart (1978), Wernet (1987). Depois das ruas, as capelas e igrejas eram espaços privilegiados de encontros e atividades, mas as devoções particulares também eram alimentadas no interior das casas com pequenos ritos de novenas e rezas, costumes voltados às imagens, oratórios e rosários. Aliás, as devoções particulares parecem ter tido mais força pela simples fé, do que pela ordenação inteligente da doutrina católica, como se veria no período de romanização, a partir do fim do século XIX.

A igreja configurou-se como local para as práticas comunitárias e como expressão máxima da vida e do além-morte. Materialmente, com seus edifícios espalhados por todas as cidades, e como lugar do sagrado e da ordenação da existência, os templos carregavam o imperativo de seus significados lembrados diariamente e marcando o cotidiano social de todos, com o reverberar de seus sinos no alto das torres, dominando os lugares. Imagens essas, como lembra Murilo Marx (2003, 111-112) marcadas pela capela, paróquia ou matriz, sendo que

“cada uma e todas em conjunto, desenharam mais do que qualquer autoridade civil ou militar os contornos de nossa paisagem urbana.(...) as normas eclesiais, destiladas do concílio de Trento, orientaram a implantação de templos e casas religiosas.”

As igrejas como *locus* de devoção ao sagrado e como chancela aos espaços das hierofanias, fortaleceram os cultos populares que em determinados contextos levaram às cidades-santuário ou hierópolis. No cenário da economia voltada à religiosidade, as festas, procissões e ritos domésticos, com novenas e orações comunitárias em prol de alguma graça, engendravam a motivação social de núcleos inteiros, freguesias e vilas como lembra Nelson Omegna (1971). O calendário oficial de comemoração aos padroeiros era vastíssimo e uma das primeiras medidas tomadas pela República foi a de abolir e até proibir tais festividades. Nesse período, com o fim do padroado régio e a romanização das práticas católicas, sob influência do ultramontanismo, diversas medidas advindas do Vaticano teriam o papel de modelar as práticas leigas, fortalecendo a doutrina católica e o papel centralizador do sacerdote. Com os princípios de laicização presentes na reforma liberal que revolucionou o mundo no século XIX a Igreja Católica alteraria suas diretrizes por pressão dos novos estados nacionais criados, aproximando as novas bases de evangelização das recentes repúblicas latino-americanas. As congregações religiosas cuja vinda ao Brasil foi ininterrupta durante mais de 80 anos desde o fim dos oitocentos, operariam grandes mudanças socioculturais. Para administrar o Santuário de Aparecida, a convite do Bispo de São Paulo, viria a Congregação do Santíssimo Redentor, os Redentoristas, cuja atuação fundamental ocorre entre 1890 e 1920, na missão de servir ao projeto romanizador do catolicismo brasileiro; uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades impossíveis em solo europeu, pelas políticas de Estado que restringiam a

atuação missionária aos países de origem das congregações, ainda que em solo germânico tivessem se notabilizado por ações junto às manifestações religiosas de grandes grupos. O contato com o catolicismo praticado no Brasil permitiu uma nova atuação da Congregação, sobretudo em Aparecida, com as romarias programadas entre 1900 e 1950, acolhendo novas práticas de fé num movimento de “internalização e externalização” adaptando os modelos de prática religiosa – sacramental e devocional – para um diálogo possível, quase subversivo da rigidez ultramontana, como defendido por José Leandro Peters (2009).

AS TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS E O TURISMO RELIGIOSO

Com a queda na produção cafeeira do Vale do Paraíba, diante da ascensão do oeste paulista, emergem os ideais de emancipação do distrito de Aparecida, criado pela Lei Provincial nº 19, em março de 1842, para garantir a especificidade religiosa na produção de seu espaço e das relações comerciais disso decorrentes. Então, em 17 de dezembro de 1928, a Vila formada ao redor da Capela do Morro dos Coqueiros torna-se município, emancipando-se de Guaratinguetá, pela Lei nº 2.312. No ano de 1893 a comunidade religiosa de Aparecida é desvinculada de Guaratinguetá passando a responder diretamente à capital do Estado de São Paulo. A Diocese de São Paulo foi elevada à categoria de Arquidiocese em 07 de junho de 1908 por decreto do Papa Pio X. Em 19 de abril de 1958, a Bula “*Sacrorum Antistitum*” comunicava que o Papa Pio XII criava a Arquidiocese de Aparecida, separando-a da Arquidiocese de São Paulo e da Diocese de Taubaté. A Arquidiocese de Aparecida passou, então, a abranger os municípios de Aparecida, Guaratinguetá, Potim, Roseira e Lagoinha.

Quando em 1929 Nossa Senhora foi proclamada Rainha do Brasil e no Estado Novo passou a ser sua Padroeira Oficial, por determinação do Papa Pio XI, o Santuário ganhou reforço institucional e político, passando a ser a capital religiosa do país. Nesse momento o desenvolvimento de um projeto para a nova Basílica é desenvolvido pelo arquiteto Benedito Calixto Neto e na década de 1940 aprovado pelo Vaticano. A pedra fundamental do novo templo mariano foi colocada em 1945, mas as obras só tiveram início, propriamente, em 1955. Entre os anos 1928 e 1951 há uma reorganização sócio espacial no Vale do Paraíba, até então servido exclusivamente com o caminho colonial, a navegação e desde o final do século XIX, com a ferrovia. Com as rodovias São Paulo-Rio(1928) e posteriormente com a Rodovia Presidente Dutra (1951) viabilizar-se-ia- o modal rodoviário para automóveis, caminhões e principalmente o ônibus, transporte que marcará o trânsito dos devotos e visitantes até a atualidade, ampliando a densidade e as facilidades para o turismo religioso.

Em 1951 é inaugurada a veiculação comunicativa da Rádio Aparecida, que passou a garantir as mensagens do Santuário para os diferentes pontos do país, atraindo o fluxo permanente de devotos. Nesses desdobramentos que culminam com a conclusão da Basílica, um conjunto arquitetônico em forma de cruz de Santo André, declarada

oficialmente, em 1984, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Basílica de Aparecida Santuário Nacional, o turismo seguiria um percurso ascendente. Da década de 1980 em diante e, tendo recebido a visita dos três últimos Papas, o turismo religioso, seguindo estratégias de planejamento para ampliação do atendimento, como veremos a seguir, transformar-se-ia numa política, como demonstrado nos dados do Santuário indicados pelo fluxo anual de fiéis de 1980 à 2008, em que há um crescimento intensificado ao final de cada década, conforme gráfico 1:



Ao avaliar o desenvolvimento da infra-estrutura de atendimento do Santuário, desde a consagração da Basílica nova pelo Papa João Paulo II, Moreno (2009, p.45) descreve que o projeto extrapolou a edificação do templo, demandando desde a origem serviços de assistência social e de saúde, tanto que houve aprovação do governo do Estado e da Prefeitura nesse atendimento, contemplando a instalação de uma delegacia especial, um posto de atendimento médico e sanitário e um posto de puericultura e apoio aos pais. Tratava-se dos anos 1940 e, até a indicação do eminente engenheiro e urbanista Prestes Maia fora sugerida para a melhoria adicional nos fluxos. À época, embora todas as benfeitorias estivessem vinculadas à recepção dos devotos, não configuravam ainda, além da oferta da hospedagem ou do comércio de artigos religiosos, práticas ou planejamento para o turismo. As visitas estavam definidas majoritariamente como permanências de um dia, cuja rede de atividades comerciais tinha natureza muito restrita.

A inauguração da Basílica nova trouxe outra dinâmica para o turismo e para a vida do Município. Durante muitas décadas, o “turismo” como motivação e atratividade para os visitantes foi discriminado pela administração religiosa do Santuário, privilegiando-se a resposta e o acolhimento da fé e da devoção. No entanto, preocupada em recuperar a perda de fiéis, a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) formulou uma nova pastoral com a finalidade de gerenciar o turismo. Assim foi criada, em

2005, a Pastoral do Turismo que tem incentivado o segmento da atividade religiosa no país, como expresso na entrevista concedida (Moreno, 2009; 100) pelo Reitor do Santuário, Pe. Darci Nicolini em 2009:

“Afirma que há alguns anos atrás seria politicamente incorreto um padre falar sobre turismo religioso, mas a realidade hoje é outra e novos elementos foram somados a essa questão. Cita por exemplo, que os meios de comunicação utilizados pelo Santuário atingem e atraem um público diversificado e que é necessária uma nova linguagem para atingir a todos. Enfatiza “ nós queremos ter a linguagem própria para o turista, para aquele que vem ao Santuário. (...) O Santuário, além de considerar o turismo como atividade econômica que traz benefícios à comunidade, entende que turismo é também construção da cidadania e investir na pessoa é obrigação da Igreja, é evangelizar”

Quanto às consequências do impacto causado pelo aumento da atividade turística no município, o Reitor do Santuário o considera positivo e cita, na entrevista, as primeiras reações negativas dos comerciantes, depois apaziguadas pelo aumento da demanda turística, quando da implantação do Centro de Apoio ao Romeiro, mantido e explorado pelo complexo religioso, que conta com aproximadamente quatrocentas pequenas lojas, entre serviços médicos, de viagem, odontológicos, espaços de alimentação, sanitários e vestiários. Vale lembrar que o Centro de Atendimento ao Romeiro foi empreendido pelo Santuário e inaugurado no ano de 1998 e está localizado no pátio do estacionamento. Já a Cidade do Romeiro, localizado à 700 metros da Basílica, um investimento parcialmente financiado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) com valor próximo a sessenta milhões de reais em 2012, reúne os espaços de hospedagem, alimentação, parque com área verde e entretenimento para as crianças. Além de atender aos visitantes, a infra-estrutura de hotelaria também responde às convenções realizadas pela CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil).

O turismo religioso é uma categoria do setor comercial do turismo, que se manifesta como visto, no espaço e pelo espaço. Esse segmento pode ser pensado como multifacetado porque ele não é apenas religioso, mas também territorial, econômico e sociocultural. Embora o segmento populacional seja fundamental para a compreensão do fenômeno, pois turismo e populações estão correlacionados, não figurou como possibilidade analítica na comunicação.

Do ponto de vista do planejamento turístico, as estratégias adotadas pelo Santuário em concordância com a Igreja e com a Municipalidade estão adequados como postula Boullón (2005; 30) lembrando que quando o conjunto de necessidades do turista ou devoto, no âmbito de sua viagem como “transporte, hospedagem, alimentação, visitas ao lugar, diversões, passeios, esportes ou compras” estão reunidas num mesmo local, isso gera maior satisfação e facilidades. No caso do Santuário isso se tornou progressivamente uma realidade, conforme

“ as concentrações de serviços turísticos variam desde pequenos agrupamentos (unidades turísticas) até outras muito mais importantes:

os centros turísticos. Um centro turístico é uma cidade caracterizada pela aglomeração, dentro de seu território, de todos os serviços que um viajante exige durante o tempo que permanece nela" (Boullón, 2005; 30)

Ao mesmo tempo que houve uma oferta de serviços de apoio cada vez maior para o turista viajante, também novos atrativos turísticos foram somados aos itinerários, ultrapassando vinte pontos turísticos, e garantindo uma estada maior das famílias na Cidade. Logo, essa valorização das áreas próximas ao Santuário contribuiu na transformação do tipo de uso dos imóveis na área central, para um uso comercial ou para empreendimentos de hotelaria e comércio de artigos religiosos como demonstrado pela atualidade de imóveis à venda ou para locação e ainda pelas novas 107 edificações verticais para esse fim (Barbosa et al, 2015). A comercialização do espaço nas imediações da Basílica, combinada com a ação da Igreja reiteram a dinâmica do espaço turístico religioso configurando um desenvolvimento urbano particular, com apoio governamental. O fato do Município não possuir legislação específica com critérios de uso e ocupação do solo compatível com o processo de adensamento e urbanização impede uma fiscalização das edificações e padrões adotados, inclusive para os serviços de hospedagem, qualidade sanitária e de combate à incêndios (Barbosa et al, 2015; 2483). A Lei Orgânica do Município (05/04/1990) a qual compete legislar sobre todos os assuntos de interesse municipal inclusive sobre ordenamento territorial e ao qual está vinculado o Plano Diretor de 2006², com base nos critérios sugeridos pelo Estatuto da Cidade, parecem tanto uma quanto a outra Lei, insuficientes para uma interpretação técnica necessária à mediação dos conflitos de interesses gerados pelos novos arranjos urbanos especulativos.

De outro modo, prevendo um deslocamento habitacional sugerido pelos novos usos na área central, pode ser consequente prever diante de exemplos ocorridos em cidades médias e mesmo pequenas no interior do Estado de São Paulo (Sposito et al, 2019)³ e na região metropolitana de Londrina, no Paraná, que a criação de condomínios fechados, não necessariamente de alto padrão, mas de casas individuais com alguma praça de serviços; revela-se uma tendência na dinâmica de privatização do território, com o auto-isolamento ou a segregação espacial alterando as antigas definições de centro-periferia, mesmo em localidades com menos de cem mil habitantes⁴. Vale destacar que tal interpretação se associa à informação de que foram feitos investimentos mais recentes na zona de expansão urbana de Aparecida, tendo sido aprovados projetos e construídas unidades verticais de habitação, nos últimos sete anos, em bairros com população de baixa renda e pouca infraestrutura de serviços públicos, como falta de arruamento, transporte deficitário, esgoto e rede elétrica precários, fatos que dificultaram o interesse e a venda dos imóveis, segundo

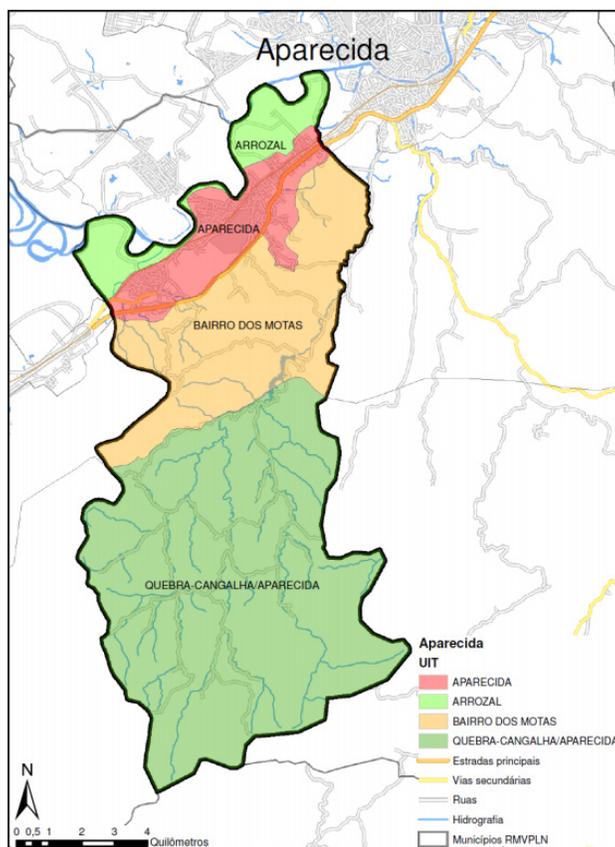
2 A revisão do Plano Diretor foi iniciada em 2019 e teve audiências públicas realizadas com apoio da empresa Vallenge Engenharia, de Taubaté.

3 Título da pesquisa publicada: Consumo, Crédito e Direito à Cidade.

4 Segundo dados do Secovi Paraná, além de Cambé e Arapongas, com pouco mais de cem mil habitantes, os municípios de Iporã, Rolândia e Juntas com números próximos aos cinquenta mil habitantes, todos localizados na RM de Londrina, reúnem mais de treze empreendimentos de condomínios fechados desde 2015.

relato (Barbosa et al, 2015; 2487).

Por fim, de acordo com o Relatório de caracterização das unidades de informação territorial - UITs produzidas pela Universidade do Vale do Paraíba, o aumento da atividade turística em Aparecida tem demandado maior esgotamento sanitário o que acabou gerando pressão para um sistema de tratamento criado com aporte do governo do Estado em 2013. O abastecimento de água é feito pelo SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Aparecida, uma autarquia municipal que opera desde 1970 de maneira independente da SABESP e sobre a qual não foi possível estabelecer comparações, por enquanto. O Município ocupa uma área de 121,076 km², sendo que 5,7 km² estão em perímetro urbano, e sua população está estimada em 36 157 habitantes com densidade de 289,76 hab./km². A maior parte da população vive em área urbana, com uma taxa de urbanização de 98,55%. Com base no Censo IBGE 2010 há um decréscimo da população em área rural e um aumento em área urbana, confirmando o perfil demográfico de outras cidades paulistas.



Mapa das Unidades de Informações Territoriais do Município de Aparecida

REFERÊNCIAS

Livros

Azzi, R.(1983) **A vida religiosa no Brasil – Enfoques Históricos**, Edições Paulinas, São Paulo.

Berger, P.; (1985) **O Dossel Sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião**. Edições Paulinas, São Paulo, SP.

Bomfim, P.A.A.; Souza Neto, M. F.; (orgs), 2010, **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. Annablume/GEOPO –USP – Laboratório de Geografia Política, São Paulo, SP.

Boullón, R. C., (2005) **Os Municípios Turísticos**. EDUSC, Bauru, SP.

Carlos, A.; Souza, M.; Sposito, M. E. B. (orgs), 2016, **A produção do espaço urbano**. Editora Contexto, São Paulo, SP.

Castro, I., E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (orgs), 2012, **Geografia: Conceitos e Temas**, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. RJ.

Eliade, M.:(1992) **O Sagrado e o Profano**, Ed. Martins Fontes, São Paulo, SP.

Hoornaert, E.(1978) **Formação do Catolicismo Brasileiro-1500-1800**, Vozes, Petrópolis,RJ,

Lefébvre, H.; (2008) **A Revolução Urbana**, Editora UFMG, Belo Horizonte, MG (2000) **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão eletrônica, 2006. Do original *La production de l'espace*. 4ª ed., Editions Anthropos, 2000, Paris, FR.

Marx, M.(2003) **Nosso chão – do sagrado ao profano**. 2ª edição, EDUSP. São Paulo, SP.

Omegna, N.(1971) **A Cidade Colonial**, 2ª ed., Editora de Brasília, Brasília, DF.

Prado Jr. C.(1984) **Histórica Econômica do Brasil**, 30ª edição, Brasiliense, 1984, São Paulo, SP.

Santos, M.:(2014) **Espaço e Método**, EDUSP, 2014, São Paulo, SP. (2002) **Pensando o espaço do homem**, EDUSP, 2002, São Paulo, SP.

Sposito, M. E. B.; Catelan, M. J. V.; Furini, L. A.; Magrini, M. A. O.; Catalão, I.; Goes, E. M.; (2019) **Consumo, Crédito e Direito à Cidade**, Ed. Appris, Curitiba, PR.

Rosendahl, Z.:(2009) **Hierópolis: O Sagrado e o Urbano**, 2ª ed., Ed. UERJ, Rio de Janeiro, RJ.

Wernet, A. (1987) **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de Dom Antonio Joaquim de Mello (1851 – 1861)**, Ed Ática, São Paulo

Documentos e Jornais

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO – ESTÂNCIA TURÍSTICO-RELIGIOSA DE APARECIDA-SP <https://www.camaraaparecida.sp.gov.br/arquivos/consolidadas/lei-organica-do-municipio-de-aparecida>

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO – ESTÂNCIA TURÍSTICO-RELIGIOSA DE APARECIDA-SP- LEI DE N.º 3401/A/2006, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006 <https://www.camaraaparecida.sp.gov.br/arquivos/leis/3401-a-2006>

CENTRO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL- UNIVAP [HTTPS://WWW.UNIVAP.BR/UNIVERSIDADE/INSTITUTO-DE-PESQUISA/-GRUPOS-DE-PESQUISAS.HTML](https://www.univap.br/universidade/instituto-de-pesquisa/-grupos-de-pesquisas.html) [HTTPS://WWW1.UNIVAP.BR/OBSERVATORIORMVALE/APARECIDA.PDF](https://www1.univap.br/observatoriormvale/aparecida.pdf)

[HTTPS://WWW.A12.COM/SANTUARIO/SANTUARIO-EM-NUMEROS](https://www.a12.com/santuario/santuario-em-numeros)

[HTTP://G1.GLOBO.COM/SAO-PAULO/NOTICIA/2010/12/SANTUARIO-DE-APARECIDA-BATE-RECORDE-DE-PUBLICO-EM-2010.HTML#](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/santuario-de-aparecida-bate-recorde-de-publico-em-2010.html#)

[HTTP://WWW.SECOVIPR.COM.BR/CRESCE-PROCURA-POR-CONDOMINIOS-FECHADOS-NAS-CIDADES-PEQUENAS-104-4762.SHTML](http://www.secovipr.com.br/cresce-procura-por-condominios-fechados-nas-cidades-pequenas-104-4762.shtml)

Revistas

Barbosa, I. F.; Gomes, M., A., S.; (2015) **Anais do XI – ENANPEGE- A diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação** ISSN2175 8875 **O processo de produção histórica do espaço urbano em Aparecida (SP) e o papel da Igreja Católica**, (pp 2477 – 2489)

César, P.A.B.; Vianna, A. A.; (2015) Aparecida: a formação socioespacial do atrativo religioso. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.149-166, ago. 2015.

Editora Santuário(2018) -**Revista de visitação**. ISBN 978-85-369-0552-5. 1ª impressão. Aparecida, SP.

Rosendahl, Z.;(2008) O Sagrado e o Urbano: Gênese e função das Cidades. **Espaço e Cultura**, Edição Comemorativa,1993 – 2008, Rio de Janeiro, UERJ, n.48, p.67 – 79, 2008 – eletrônico

TESES

Moreno, J. C.; (2009)**A ação do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e o fomento do turismo religioso**. ECA USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) Ciências da Comunicação, doutorado. São Paulo, SP.

Peters, J.L.;(2017) **Entre a Exteriorização e a Internalização da Fé: Os Redentoristas e a Reforma Católica no Brasil (1890 – 1920)**. UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) História, doutorado. Juiz de Fora, MG.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 35

Alcides Cruz 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115

América Latina 11, 12, 13, 14, 19, 20, 22, 25, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 57

Análise de Redes Sociais 92

Arte Cemiterial 1, 4, 5, 6, 8

Artista Xamã 74, 82

C

Castro Alves 116, 117, 118, 119, 120, 122, 127, 128

Cidade de Bauru 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10

Cidades 2, 4, 5, 8, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 43, 60, 61, 113

Compadrio 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

CONTUA 11, 12, 13, 14, 18, 20, 21

Coronelismo 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

COVID-19 2, 6, 74, 75, 76, 77, 79, 82

Crítica pós-colonial 116

D

Direito urbanístico 105, 115

E

Escravidão 38, 40, 42, 43, 44, 92, 104, 118, 119, 120, 121, 122

Espaço urbano 9, 22, 33, 34, 113

F

FASUBRA 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

G

Geografia religiosa 22

Golpe de 1964 46, 47

H

Hierarquias sociais 92

História 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 22, 23, 24, 26, 34, 35, 40, 45, 49, 56, 57, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 87, 89, 90, 91, 92, 104, 105, 106, 114, 115, 117, 123, 126, 127, 129

História do direito 105, 106, 114, 115

Historiografia 74, 77, 80, 90, 97

I

Imperialismo 46, 47, 52, 55, 56

Intervenção 13, 16, 26, 49, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 114

M

Maçonaria 35, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45

Monte Azul 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73

N

Narrativa 43, 52, 59, 61, 62, 63, 64, 74, 78, 80, 81, 89

Neogolpe de 2016 46, 47, 50, 55

P

Patrimônio cultural 1, 2, 3, 9, 10

Pesquisa narrativa 59, 62, 63, 64

Poesia 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 127, 128

Polícia 43, 63, 65, 69, 71, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115

R

Republicanism 35

Resistência 12, 18, 38, 50, 64, 87, 114, 116, 117, 119, 123, 124, 127, 128

S

Sindicatos 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20

Slam 116, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 128

T

Trabalhadores 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 37, 38, 43, 44, 55, 61

Trajectoria 9, 35, 48, 60, 62, 64, 85

Turismo 22, 28, 29, 30, 34

U

Universidades 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

V

Vilas 22, 27

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021